

Sumário

1

CONSTITUCIONALISMO

FASES DO CONSTITUCIONALISMO	42
· Constitucionalismo na Antiguidade Clássica	42
· Constitucionalismo Antigo	43
· Constitucionalismo Inglês	44
· Constitucionalismo Norte-Americano	45
· Constitucionalismo Francês	47
» O constitucionalismo francês e a formação teórica do poder constituinte	47
· Constitucionalismo Liberal	48
· Constitucionalismo Social	49
· Constitucionalismo Contemporâneo (ou Neoconstitucionalismo)	49
· Transconstitucionalismo	53
· Novo Constitucionalismo Latino-Americano	53
· Constitucionalismo do Futuro	53
· Constitucionalismo Whig (ou Termidoriano)	54
· Constitucionalismo abusivo e constitucionalismo autoritário	55
· Constitucionalismo digital	56
· Constitucionalismo feminista	58
A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO NAS FASES DO CONSTITUCIONALISMO LIBERAL, SOCIAL E CONTEMPORÂNEO	59

2

CONSTITUIÇÃO

CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	63
· Concepção Sociológica	63
· Concepção Jurídica	64
· Concepção Política	65
· Concepção Culturalista	66
· A Força Normativa da Constituição	67
· A Constituição Como Um Processo Público	67
· A constituição à luz da teoria dos sistemas sociais de Luhmann	68
» Possibilidade de explicar outros institutos jurídicos à luz da teoria sistêmica de Luhmann	69
· Constituição Dirigente	70
· Constituição-lei	71
· Constituição-fundamento (ou Constituição-total)	71

Constituição-moldura (ou Constituição-quadro)	72
Constituição dúctil (ou maleável ou suave)	72
CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA	72
CROWDSOURCED CONSTITUTION	73
CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	74
Divisão Clássica ou Classificação Quanto ao Conteúdo (Constituição Material X Constituição Formal).....	74
Quanto à Forma	75
Quanto ao modo de elaboração.....	76
Quanto à Origem ou Positivção.....	76
Quanto à Estabilidade (ou Alterabilidade ou Mutabilidade ou Consistência)	77
» Constituição rígida	77
» Constituição flexível.....	78
» Constituição semirrígida.....	78
» Constituição transitoriamente flexível	79
» Constituição fixa (ou silenciosa)	79
» Constituição imutável (ou permanente, ou granítica, ou intocável)	79
» Constituição super-rígida.....	79
Quanto à Dogmática.....	79
Quanto à Extensão	80
Quanto à Finalidade	80
Classificação Ontológica (Karl Loewenstein).....	80
Quanto ao Sistema	81
A Constituição Brasileira de 1988.....	81
ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO	82
ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	83
Preâmbulo.....	83
Parte Dogmática	84
Disposições Transitórias (ADCT).....	84
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	84

3

NORMAS CONSTITUCIONAIS

CARACTERÍSTICAS DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	93
Superioridade Hierárquica	93
Caráter Político	94
Conteúdo Específico.....	94
Natureza da Linguagem	95
CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	95
Vigência	95
Eficácia	97
» O art. 1º da LINDB se aplica às emendas constitucionais?	97
» Observações importantes.....	98
Aplicabilidade.....	99
Efetividade.....	99
Doutrina Tradicional ou Clássica.....	100
Doutrina Moderna	103
Classificação de Maria Helena Diniz.....	106
Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto.....	107

4

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

DEFINIÇÃO	109
PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	110
: Princípio da Supremacia da Constituição.....	111
: Princípio da Unidade da Constituição.....	111
: Princípio da Harmonização (ou Concordância Prática).....	112
: Princípio da Correção Funcional (ou Conformidade Funcional ou Justeza).....	113
: Princípio da Eficácia Integradora (ou Efeito Integrador)	113
: Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	114
: Princípio da Presunção de Constitucionalidade.....	115
: Princípios da Máxima Efetividade e da Força Normativa da Constituição	115
: Princípio da Proporcionalidade.....	116
» Aplicação da proporcionalidade nos âmbitos penal e processual.....	118
MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	119
: Método Jurídico (ou Hermenêutico Clássico)	119
: Método Tópico-Problemático (ou Método da Tópica)	120
: Método Hermenêutico-Concretizador	121
: Método Científico-Espiritual.....	122
: Método Normativo-Estruturante.....	122
: Método da Comparação Constitucional	123
A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL NO CONSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO	123

5

PODER CONSTITUINTE

CONCEITO	127
SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA DO PODER CONSTITUINTE	127
NATUREZA DO PODER CONSTITUINTE	129
ATORES DO PODER CONSTITUINTE	129
ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE	131
: Divisão Clássica	131
» Poder constituinte derivado decorrente.....	132
: Doutrina Moderna	134
: Outras Classificações Modernas.....	135
MANIFESTAÇÃO DO PODER CONSTITUINTE	135
: Formas de “Transição Constitucional”	136
CARACTERÍSTICAS DO PODER CONSTITUINTE (CHAMADO DE) “ORIGINÁRIO”	137
: Limites não jurídicos ao poder constituinte originário.....	137
: Positivização da Constituição	139
FENÔMENOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL (RELAÇÕES DA NOVA CONSTITUIÇÃO COM O DIREITO ANTERIOR)	139
: Desconstitucionalização	139
: Prorrogação (ou recepção material de normas constitucionais anteriores).....	140
: Recepção e Não Recepção.....	140
: Repristinação	142

RETROATIVIDADE DA NORMA CONSTITUCIONAL (RELAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE COM O DIREITO ADQUIRIDO, O ATO JURÍDICO PERFEITO E A COISA JULGADA)

MECANISMOS DE ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	143
Mutação	144
» Espécies de mutação	145
» Alerta sobre a terminologia utilizada	147
Poder de Reforma	147
» Características do poder de reforma	148
» Espécies de limitações ao poder de reforma	148
» Poder de reforma na CF/88 (emendas constitucionais)	149
Iniciativa das emendas à CF/88	149
Limitações circunstanciais ao poder de emendar a CF/88	152
Quórum de aprovação das emendas constitucionais	152
Há intervalo mínimo entre os dois turnos de votação?	153
Necessidade de retorno à Casa iniciadora na hipótese de alteração da proposta pela Casa revisora	153
É necessário reiniciar a votação (inclusive refazendo o primeiro turno) caso haja alteração topográfica no texto quando da realização do segundo turno?	154
Promulgação da emenda à Constituição	155
Impossibilidade de reapresentação de proposta de emenda na mesma sessão legislativa	155
As cláusulas pétreas (limitações materiais)	156
Forma federativa de Estado (art. 60, § 4º, I, CF/88)	157
Voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II, CF/88)	157
A separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III, CF/88)	158
Os direitos e garantias individuais (art. 6º, § 4º, IV, CF/88)	158
Cláusulas pétreas implícitas	160
A democracia é uma cláusula pétrea?	163
O poder constituinte evolutivo e a dupla revisão	163
Revisão constitucional (poder de revisão)	165
» Possibilidade de emenda constitucional prever nova revisão da Constituição	166
» Limitações ao poder de revisão	166
» Necessidade de a revisão constitucional respeitar as cláusulas pétreas	166
» A previsão da revisão constitucional e o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo	167

6

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

ASPECTOS HISTÓRICOS	170
Caso Marbury Vs. Madison e o nascimento do “judicial review” (modelo norte-americano)	172
Modelo austríaco (Hans Kelsen)	174
EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	175
FUNÇÕES DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	178
Função clássica	178
Funções básicas	178
ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE	179
Quanto ao objeto	179
» A inconstitucionalidade por omissão e o fenômeno da erosão constitucional	179

Quanto à natureza do vício	180
Quanto à extensão do vício	182
Quanto ao momento do vício	182
» O STF admite o fenômeno da inconstitucionalidade superveniente?	184
» A questão da constitucionalidade superveniente e a convalidação de atos inconstitucionais por emendas à Constituição	187
Quanto à forma de incidência do vício	196
TIPOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	197
Quanto ao momento ou oportunidade do controle	197
Quanto à concentração	197
Quanto à natureza	197
SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	197
Controle Político	198
Controle Jurisdicional	198
Controle Misto (ou híbrido)	198
NATUREZA DO ATO INCONSTITUCIONAL	198
PARÂMETROS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	198
Bloco de constitucionalidade	199
Controle de constitucionalidade por violação a norma de regimento interno de casa legislativa	202
Controle de constitucionalidade realizado com base em parâmetros estrangeiros	203
SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	204
MECANISMOS DE CONTROLE PREVENTIVO POLÍTICO	205
MECANISMOS DE CONTROLE PREVENTIVO JUDICIAL	205
MECANISMOS DE CONTROLE REPRESSIVO POLÍTICO	208
Art. 49, V, CF/88	208
Art. 52, X, CF/88	208
Art. 62, § 5º, CF/88	209
Possibilidade de o Tribunal de Contas da União reconhecer a inconstitucionalidade (Superação da súmula 347 do STF)	209
Ajuizamento de ADI	213
Revogação, pelo Poder Legislativo, de lei tida como inconstitucional	213
Retirada, pelo Poder Executivo, de atos normativos próprios tidos como inconstitucionais	213
Não aplicação, pelo Poder Executivo, de lei tida como inconstitucional	214
CONTROLE REPRESSIVO JUDICIAL NO BRASIL	217
CONTROLE CONCRETO (DIFUSO)	218
Cláusula de Reserva de Plenário	221
Consequência da inobservância da cláusula de reserva de plenário	227
Procedimento da cláusula de reserva de plenário	228
Cláusula de reserva de plenário e julgamento de recurso extraordinário pelo STF	232
O caso específico do recurso extraordinário em ADI estadual	237
EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO CONTROLE CONCRETO DIFUSO	239
Sistemática tradicional	240
» A resolução do Senado Federal editada com fundamento no art. 52, X, da CF/88	244
Nova sistemática adotada pelo STF (Informativo 886)	247
» Foi adotada a teoria da transcendência dos motivos determinantes no julgamento das ADIs 3406 e 3470?	249

» A confirmação da abstrativização do controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal (Tema de Repercussão Geral nº 885)	251
» Agora todo recurso extraordinário possui eficácia vinculante e “erga omnes”?	252
» Foi adotada a teoria da transcendência dos motivos determinantes no Tema de Repercussão Geral nº 885?	254
» A partir de agora todas as decisões no controle difuso em qualquer juízo ou tribunal têm eficácia vinculante e “erga omnes”?	254
No controle difuso concreto, o juiz de primeiro grau pode realizar a modulação de efeitos?	255
Controle concreto em ações coletivas	255
CONTROLE CONCRETO DE CONSTITUCIONALIDADE NO STJ	257
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	259
» Hipóteses de cabimento	259
» Requisito de admissibilidade específico: repercussão geral	261
» A “prima” da repercussão geral: a relevância do recurso especial dirigido ao STJ	264
SÚMULA VINCULANTE	267
» Possibilidade de modulação de efeitos da súmula vinculante	270
» Possibilidade de aplicação da súmula vinculante a atos anteriores à aprovação do enunciado	271
» Requisito de admissibilidade da reclamação: estrita aderência	275
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EXERCIDO PELO CNJ E PELO CNMP?	276
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE JUDICIAL ABSTRATO	279
» Considerações gerais	279
» Participação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado abstrato	282
» Aplicação da cláusula de reserva de plenário e do art. 52, X, da CF/88, ao controle concentrado abstrato	287
ADI GENÉRICA	288
» Legitimidade ativa	289
» Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	292
» Confederação sindical	292
» Entidade de classe de âmbito nacional	293
A legitimidade ativa para o controle concentrado abstrato pertence ao órgão, cargo ou entidade, não à pessoa que o ocupa	301
» Capacidade postulatória para o ajuizamento de ADI	302
» Participação dos legitimados ativos no controle difuso concreto	306
» Impossibilidade de o legitimado ativo desistir da ação	306
» Legitimidade passiva	307
» Legitimidade recursal	307
» Objeto da ADI	312
» Lei ou ato normativo do Distrito Federal pode ser objeto de ADI?	313
» Espécies normativas que podem ser objeto de ADI	314
» Necessidade de impugnação de todas as normas que possuem o mesmo conteúdo e de todo o complexo de normas que regem determinado instituto	321
» Ajuizamento de ADI em face de lei já revogada	324
» Efeito repristinatório indesejado e impugnação de normas anteriores à Constituição	328
» Ajuizamento de ADI em face de lei com eficácia suspensa no âmbito da competência legislativa concorrente	329
» Requisitos da petição inicial da ADI genérica	333
» Fundamentos jurídicos do pedido (causa de pedir) da ADI genérica	333
» Pedido fechado e causa de pedir aberta	340

» Possibilidade de aditamento da inicial para incluir outras normas no objeto da ação	345
Intervenção de terceiros e “amicus curiae”	347
Fundamentos jurídicos do pedido (causa de pedir) da ADI genérica	355
Produção de provas e análise de fatos na ADI	358
Cautelar na ADI	359
Decisão definitiva (final) da ADI	362
A eficácia vinculante e o cabimento da reclamação	367
» Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes	371
Modulação dos efeitos da decisão final na ADI	373
» A modulação de efeitos e a inconstitucionalidade útil	375
Efeitos da decisão em caso de empate na votação	377
Pedido de destaque no plenário virtual do stf e manutenção dos votos dos ministros aposentados	378
Caráter dúplice da ADI (e da ADC)	379
» Possibilidade de rejugamento da validade da norma caso a ADI seja julgada improcedente	380
Cabimento de recurso e ação rescisória contra a decisão final na ADI	381
Repercussão da decisão final da ADI em relação a ações subjetivas (isto é, do controle concreto de constitucionalidade)	382
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)	391
Finalidades básicas da ADC	392
Aspectos processuais da ADC	392
Cautelar na ADC	398
Decisão final da ADC	399
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)	402
Disciplina processual da ADI por omissão	403
Cautelar na ADO	410
Decisão final na ADO	411
» Quando a omissão é de um Poder	412
» Quando a omissão é de um órgão administrativo	412
Características importantes da decisão final na ADO	413
» A possibilidade de a decisão da ado ter efeitos concretos	414
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	418
Espécies de ADPF	419
» ADPF autônoma	420
» ADPF incidental	420
Pressupostos da ADPF	420
Legitimidade ativa	421
Legitimidade passiva	422
Preceitos fundamentais	422
Princípio da subsidiariedade da ADPF	423
Objeto da ADPF	427
» Cabimento de ADPF contra resolução do CONAMA	432
» Cabimento de ADPF contra norma que deveria ser objeto de ADI	433
» Possibilidade de alegar na ADPF violação a normas anteriores e posteriores ao objeto da ação	434
Requisito específico: relevância da controvérsia	435
Possibilidade de celebração de acordo em ADPF	436
Aspectos processuais da ADPF (Lei 9.882/99)	438
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO ESTADUAL	440

Controle concentrado abstrato no âmbito estadual	440
» Legitimidade ativa	441
» Parâmetros de controle	444
Lei Orgânica Municipal como paradigma de controle	445
» Defesa do ato impugnado e participação do Ministério Público	446
» Participação do Poder Legislativo	447
» Simultaneidade entre ADI estadual e ADI perante o STF	448
» Efeitos da decisão	452
» Cabimento de recurso extraordinário	452
Controle de constitucionalidade difuso concreto estadual	456
» Constituição Estadual pode prever a aplicação simétrica do art. 52, X, da CF/88, no controle difuso de constitucionalidade realizado pelo respectivo Tribunal de Justiça?	457
TÉCNICAS DECISÓRIAS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	458

7

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

TERMINOLOGIA	465
EVOLUÇÃO HISTÓRICA	467
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	469
Historicidade	470
Inalienabilidade (ou indisponibilidade)	470
Personalidade	471
Imprescritibilidade	471
Irrenunciabilidade	471
Constitucionalização	472
Inviolabilidade	472
Vinculação dos poderes públicos	473
Aplicação imediata dos direitos fundamentais	473
Limitabilidade (ou relatividade) e caráter “prima facie” dos direitos fundamentais	474
Indivisibilidade e interdependência	475
Não taxatividade	476
Proibição de retrocesso	477
Concorrência	477
Universalidade	477
» Universalidade de chegada e universalidade de partida	478
» Cosmopolitismo dos direitos humanos (e dos direitos fundamentais)	479
PERSPECTIVAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	480
» Perspectiva (ou dimensão) subjetiva	480
» Perspectiva (ou dimensão) objetiva	481
EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	481
» Eficácia vertical	481
» Eficácia horizontal	482
» Teoria da “state action” (e suas mitigações)	483
APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS RELAÇÕES PRIVADAS	484
EFICÁCIA DIAGONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	485
TEORIA DOS QUATRO “STATUS” DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	485
» “Status” passivo	486

“Status” ativo.....	487
“Status” negativo.....	487
“Status” positivo.....	487
Correlação entre a teoria de Jellinek e as espécies de direitos fundamentais.....	487
FUNÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	488
Funções de defesa.....	489
Funções de prestação.....	489
Funções de proteção perante terceiros.....	489
Funções de não discriminação.....	490
CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	491
Classificação quanto ao conteúdo.....	491
Classificação formal dada pela CF/88.....	491
Classificação de acordo com as gerações de direitos fundamentais.....	492
DEVERES FUNDAMENTAIS	494
ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	495
LIMITAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	498
Espécies de reserva legal restritiva: simples e qualificada.....	500
“Limites dos limites”.....	502
Cláusula de reserva legal subsidiária.....	503
Núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	503

8

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CF/88

DESTINATÁRIOS DO ART. 5º DA CF/88	505
Diferença de tratamento entre brasileiros.....	505
» Distinções entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados.....	506
» Distinções entre brasileiros que se encontram no gozo de direitos políticos e brasileiros que não se encontram no gozo desses direitos.....	508
» Distinções entre brasileiros e brasileiras.....	509
» Distinções entre brasileiros ricos e brasileiros pobres.....	510
Direito fundamental exclusivo de estrangeiros.....	511
A situação dos estrangeiros não residentes no Brasil.....	512
Pessoas jurídicas podem titularizar e usufruir direitos fundamentais do art. 5º ou de qualquer outro dispositivo da Constituição?.....	513
» A peculiaridade das pessoas jurídicas de direito público.....	514
Pessoa jurídica de direito público pode exercer direitos fundamentais em face dos particulares?.....	516
APLICABILIDADE DO ART. 5º DA CF/88	519
O ROL DE DIREITOS DO ART. 5º DA CF/88 É TAXATIVO?	522
Os tratados internacionais sobre direitos humanos.....	523
» A hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.....	524
A questão da prisão civil do depositário infiel.....	525
A questão da audiência de custódia.....	527
» O controle de convencionalidade.....	528
» A partir da EC 45/04, os tratados de direitos humanos devem obrigatoriamente ser incorporados pelo rito do art. 5º, § 3º, da CF/88?.....	529
O reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	529
Os direitos fundamentais são preceitos fundamentais?.....	531

BREVE ANÁLISE DO ART. 5º DA CF/88	531
Direito à vida (art. 5º, “caput”, CF/88).....	531
» Pesquisas com células-tronco embrionárias (STF, ADI 3510)	532
» Interrupção da gravidez nos casos de gestação de feto anencéfalo (STF, ADPF 54)	533
» A gestação de gêmeos siameses é equivalente à de feto anencéfalo para fins de interrupção?.....	534
» Interrupção voluntária da gestação no seu primeiro trimestre (STF, HC 124.306)	534
Igualdade (art. 5º, “caput” e I, CF/88)	535
» Cotas raciais para ingresso em universidades públicas.....	536
» Cotas raciais em concursos públicos	537
» Programa Universidade para Todos (PROUNI).....	539
» Lei Maria da Penha.....	539
» Direito das pessoas transexuais a atendimento no SUS de acordo com as suas necessidades biológicas e à adequada identificação de gênero na documentação de nascimento de seus filhos.....	540
» Tratamento diferenciado entre homens e mulheres para fins de habilitação como pensionistas de servidores públicos.....	540
» Limitação das vagas destinadas às mulheres nos concursos para cargos da Polícia Militar	541
» Proibição, nas Forças Armadas, de ingresso de pessoas casadas, em união estável ou com dependentes em cursos de formação ou graduação de oficiais e de praças que exijam regime de internato, de dedicação exclusiva e de disponibilidade permanente.....	542
» Exercício de cargo público como critério de desempate em concursos públicos	543
» Cumprimento de pena por travestis e transexuais em estabelecimentos prisionais masculinos ou femininos	543
» Benefícios vitalícios a ex-agentes públicos	544
» A questão do prazo decadencial para a anulação de atos administrativos.....	545
» Fixação de prazos distintos para a licença-maternidade de acordo com a natureza da filiação	548
» Concessão de licença-maternidade a pais solo.....	548
» Concessão de licença-maternidade à mãe não gestante em união homoafetiva.....	549
» Concessão da licença adotante a apenas um dos pais quando ambos são servidores públicos.....	549
» Candidatos portadores de deficiência em provas físicas de concursos públicos	550
» Constitucionalidade dos subtetos remuneratórios nos âmbitos estadual e municipal	550
» A prisão especial dos portadores de diploma de nível superior e a prisão em sala de Estado Maior dos advogados	551
Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV e V, CF/88).....	553
» Discurso de ódio	554
» “Marcha da maconha”	554
» Proselitismo religioso.....	555
» Tatuagem e concurso público.....	556
» Caso Porta dos Fundos.....	557
» Recolhimento de livros em feira literária.....	559
» Direito de resposta e retratação espontânea (Lei 13.188/2015)	560
» Direito ao esquecimento (RE 1010606, Tema de Repercussão Geral nº 786)	562
» Possibilidade de responsabilização de empresa jornalística por divulgação de matéria ou entrevista (RE 1.075.412, Tema de Repercussão Geral nº 995)	562
» Restrições à publicidade de produtos fumígenos e inserção de advertências nas suas embalagens	564
Liberdade religiosa (art. 5º, VI, CF/88)	566

» Sacrifício de animais em cultos de religiões de matriz africana.....	567
» Designação de datas e horários especiais em concursos públicos para candidatos que alegam escusa de consciência por crença religiosa.....	569
» Fixação de critérios especiais, por motivos de crença religiosa, para que servidores públicos desempenhem suas atribuições, inclusive para fins de avaliação em estágio probatório.....	569
» Proibição temporária de realização de missas e cultos religiosos durante a pandemia de COVID-19.....	570
» Exigência de que escolas e bibliotecas públicas mantenham, em seu acervo, livro de determinada religião.....	571
» Pregação em local inapropriado.....	572
» Símbolos religiosos em órgãos públicos.....	573
» Uso de trajes religiosos em fotos de documentos oficiais.....	573
» Recusa de tratamento ou procedimento médico por motivos religiosos.....	574
» Restrição de dias e horários para realização de provas de concurso e vestibular por motivos religiosos.....	576
Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI, CF/88).....	577
» A (i)lícitude da invasão domiciliar segundo o STJ (HC 598.061, j. 02/03/2021).....	580
Vida privada (art. 5º, X, CF/88) e sigilo das comunicações (art. 5º, XII, CF/88).....	582
» Gravação clandestina.....	583
» Quebra de sigilo.....	584
Quebra de sigilo fiscal e bancário pelo CNJ.....	589
» Intercepção das comunicações.....	591
Caráter não absoluto da inviolabilidade das comunicações.....	591
A proteção também alcança os dados ou se restringe à comunicação?.....	594
Intercepção telefônica.....	596
» Revista íntima nas unidades prisionais.....	598
» Compartilhamento de dados de usuários por empresas de telefonia e acesso direto a dados cadastrais para fins de apuração de infrações penais.....	601
» Acesso a informações contidas em aparelho celular sem autorização judicial (Tema de Repercussão Geral nº 977).....	602
» Produção de dossiês pelo poder público a respeito das opções políticas dos servidores.....	604
Proteção dos dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88).....	605
» Possibilidade de compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da administração pública.....	612
Liberdade profissional (art. 5º, XIII, CF/88).....	614
Direito de reunião (art. 5º, XVI, CF/88).....	619
Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, CF/88).....	620
» Liberdade de associação envolvendo entidades emissoras da “carteira de estudante”.....	622
Presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF/88).....	624
» Execução provisória da pena.....	624
» Eliminação de candidato em concurso público por conta da existência de inquérito ou processo criminal.....	626
» Possibilidade de pessoa condenada criminalmente tomar posse em cargo público.....	627
» Afastamento automático de servidor público em virtude de indiciamento em inquérito policial e suspensão de sua remuneração em virtude de processo criminal.....	627
» A presunção de inocência e a não autoincriminação se aplicam na esfera administrativa?.....	629

9

NACIONALIDADE

TRATAMENTO DA NACIONALIDADE NA CF/88	637
Nacionalidade primária	638
» Art. 12, I, "a", CF/88.....	638
» Art. 12, I, "b", CF/88.....	638
» Art. 12, I, "c", CF/88.....	639
A situação do menor nascido no estrangeiro que vem a residir no Brasil antes de atingir a maioridade.....	640
A situação do estrangeiro adotado por brasileiro no exterior	641
Nacionalidade secundária.....	643
» Espécies de naturalização previstas na CF/88.....	644
Nacionalidade secundária ordinária.....	644
Nacionalidade secundária extraordinária	646
» Existe direito subjetivo à naturalização?.....	646
» A situação da família da pessoa que obtém a naturalização.....	648
Perda da nacionalidade brasileira	649
» Art. 12, § 4º, I, CF/88	649
» Art. 12, § 4º, II, CF/88	650
A situação do brasileiro que adquirisse automaticamente uma nacionalidade estrangeira em virtude de casamento antes da EC 131/2023.....	654
Quase-nacionalidade	655
Supranacionalidade.....	655

10

DIREITOS POLÍTICOS

CONCEITO DE DIREITOS POLÍTICOS	657
DEMOCRACIA	658
Democracia direta.....	658
Democracia indireta (ou representativa)	658
Democracia semidireta (ou participativa)	659
» Plebiscito e referendo.....	659
Consultas populares nas campanhas eleitorais municipais.....	661
» Iniciativa popular de lei.....	662
DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS	663
Capacidade eleitoral ativa.....	663
» Características do voto	664
O "voto impresso"	665
Capacidade eleitoral passiva e condições de elegibilidade.....	666
DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS	668
INELEGIBILIDADES	668
Espécies de inelegibilidades.....	669
» Inelegibilidades absolutas.....	669
» Inelegibilidades relativas	669
Inelegibilidade relativa para um terceiro mandato consecutivo	670
A figura do "Prefeito itinerante"	672
Inelegibilidade relativa para concorrer a outros cargos	673

..... Inelegibilidade reflexa.....	674
..... (In)elegibilidade dos militares.....	677
“LEI DA FICHA LIMPA”.....	680
..... Necessidade de observar a anterioridade eleitoral (art. 16, CF/88).....	681
..... (In)constitucionalidade material e aplicação a fatos pretéritos.....	681
..... (In)ocorrência de violação à garantia da coisa julgada.....	683
PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	684
..... Perda dos direitos políticos.....	685
..... Suspensão dos direitos políticos.....	687
EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO POR SERVIDOR PÚBLICO.....	689
AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME).....	691

11

PARTIDOS POLÍTICOS

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA.....	693
A DISCIPLINA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CF/88.....	694
..... Liberdade de criação e diretrizes a serem observadas pelos partidos políticos.....	694
..... » O procedimento de criação dos partidos políticos.....	695
..... » Regras sobre incorporação e alteração estatutária dos partidos políticos introduzidas pela EC 111/2021.....	697
..... A autonomia de organização dos partidos políticos.....	698
..... » As coligações nas eleições majoritárias e nas eleições proporcionais.....	699
..... » A questão da verticalização das coligações.....	700
..... » As federações partidárias.....	701
..... A cláusula de desempenho partidário (ou cláusula de desempenho eleitoral, ou cláusula de barreira) da EC 97/2017.....	704
..... » A situação do candidato eleito por partido político que não tenha atingido o desempenho mínimo.....	706
..... » Cômputo em dobro dos votos obtidos por mulheres e negros para fins de acesso ao fundo partidário e ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)....	706
..... » A Emenda Constitucional nº 133/2024 e as candidaturas de pessoas pretas e pardas....	707
..... » A Emenda Constitucional nº 117/2022 e a participação das mulheres na vida político-partidária do País.....	709
..... A fidelidade partidária.....	713
..... » Fidelidade partidária e disciplina partidária são expressões sinônimas?.....	714
..... » A exigência de fidelidade partidária se aplica tanto às eleições proporcionais quanto às eleições majoritárias?.....	715
..... » Situações em que o abandono do partido pelo candidato eleito não caracteriza infidelidade partidária.....	716
..... » O procedimento para a aplicação da perda do mandato em caso de infidelidade partidária.....	718

12

ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

APLICABILIDADE DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS E A RESERVA DO POSSÍVEL.....	722
..... Doutrina Chenery.....	729
..... Doutrina Chevron.....	731
..... Teoria das “escolhas trágicas”.....	733

ORDEM ECONÔMICA	733
O art. 170 da CF/88 e os princípios da ordem econômica brasileira	734
» Livre iniciativa e livre concorrência.....	735
Súmula Vinculante nº 49	736
A regulamentação infraconstitucional da livre iniciativa	736
A repressão ao abuso do poder econômico.....	738
Transporte individual privado de passageiros por meio de aplicativos.....	738
Obrigatoriedade de fornecimento de sacolas ou embalagens aos consumidores.....	741
Previsão de tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	741
A atuação do Estado no domínio econômico	742
» Entidades da Administração que atuam no domínio econômico	744
» Os monopólios do poder público	746
Diferenças entre o regime de monopólio e o regime de exclusividade	747
» Atuação indireta do Estado na atividade econômica	748
ORDEM SOCIAL	749
O conteúdo da Ordem Social na CF/88.....	751
Relação entre a ordem social e a ordem econômica	753
Princípio da vedação do retrocesso (efeito “cliquet”).....	754
» Critério para aferir o nível de consagração de um direito para fins de identificação do retrocesso vedado	754
Direito à saúde	755
» A participação da iniciativa privada na prestação dos serviços de saúde.....	756
» O piso salarial da enfermagem.....	757
» O mínimo de recursos que devem ser aplicados na área da saúde	760
Possibilidade de se exigir judicialmente a aplicação dos recursos mínimos que devem ser destinados às ações e serviços públicos de saúde	762
» Responsabilidade solidária na prestação do direito à saúde	763
» Fornecimento de medicamento fora da lista do SUS.....	764
Legitimidade passiva nas ações de fornecimento de medicamento registrado na ANVISA que não integra a lista do SUS	765
» Fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA	768
» Fornecimento de medicamento não registrado na ANVISA, mas com importação autorizada	771
» Necessidade de inclusão da União no polo passivo da ação judicial em que se pede o fornecimento de medicamento não incorporado à lista do SUS	773
» Os critérios definidos pelo STF para obrigar o poder público a fornecer medicamentos não previstos na lista do SUS e a possibilidade de esses medicamentos serem de alto custo.....	788
» Possibilidade de os Estados (e Municípios) fornecerem gratuitamente medicamentos ainda não incorporados no SUS	792
» Manutenção de medicamento em estoque	792
» Fosfoetanolamina sintética (“pílula do câncer”)	793
» Inibidores de apetite (medicamentos anorexígenos).....	793
» Compulsoriedade de se submeter a campanha de vacinação (COVID-19).....	793
A questão do “passaporte da vacina”	796
» (Des)necessidade de os Estados e os Municípios aguardarem autorização da ANVISA para implementarem seus programas de vacinação contra a COVID-19.....	798
Direito à educação.....	801
» Princípios norteadores do ensino	802
O movimento “Escola sem Partido”	803
A vedação da “ideologia de gênero” nas escolas.....	805

A vedação do uso da linguagem neutra nas instituições de ensino e nos editais de concursos públicos.....	808
» Gratuidade do ensino	809
» As prestações mínimas asseguradas pelo direito à educação	809
O direito à educação básica gratuita abrange o acesso a creches e pré-escolas? ..	810
Reserva de vagas para irmãos na mesma escola	811
» Estrutura de prestação do direito à educação.....	813
» O mínimo de recursos que devem ser aplicados na educação	814
A “anistia” dada pela EC nº 119/2022.....	815
O FUNDEB e a EC 108/2020	817
Utilização dos recursos do FUNDEB para fins diversos	821
Recursos do FUNDEB decorrentes de precatórios e sua utilização para incrementa- ção da remuneração dos professores e pagamento de honorários advocatícios	821
O TCU tem competência para fiscalizar verbas do FUNDEB (ou do FUNDEF)?	824
Lei estadual que inclui o pagamento de pessoal inativo nas despesas com ma- nutenção e desenvolvimento do ensino.....	825
» Autonomia universitária e sua ampliação em âmbito estadual.....	828
» Ensino religioso nas escolas públicas.....	833
Índios.....	834
» A guinada no tratamento constitucional dos índios realizada pela CF/88.....	834
» A disciplina dos índios na CF/88	835
» O direito de não remoção dos índios e a impossibilidade de serem convocados por comissão parlamentar de inquérito	836
» As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, sua demarcação e o direito sobre elas	837
A problemática da definição e da demarcação das terras indígenas	840
É necessário haver a homologação da terra indígena para que a União tenha a obrigação de protegê-la?	848
Seleção de jurisprudência	849
» Atendimento diferenciado e internação em acomodações superiores no SUS.....	849
» Possibilidade de decisão judicial determinar a construção de nova escola	850
» Impossibilidade de instituição pública de ensino cobrar anuidade pelo fornecimen- to de alimentação	850
» Ausência de discricionariedade do poder público na implementação da educação infantil.....	850
» Possibilidade do “homeschooling” no Brasil.....	851
» Constitucionalidade da transferência de instituição de ensino superior privada para pública	852
» Constitucionalidade da meia-entrada para estudantes	854
» Educação como serviço público não privativo.....	855
» Possibilidade de lei estadual estabelecer disciplina de proteção ambiental diversa da prevista em norma geral federal, desde que mais protetiva.....	855
» Impossibilidade de lei dispensar a elaboração de estudo prévio de impacto am- biental.....	857
» Necessidade de lei para alterar ou suprimir espaços territoriais especialmente protegidos.....	857
» Desnecessidade de lei para alterações que ampliem a proteção ambiental dos espaços territoriais especialmente protegidos.....	858
» Impossibilidade de revogação de norma que fixa parâmetros para a aferição do cumprimento da legislação ambiental sem que esses parâmetros sejam atualiza- dos ou substituídos por outros.....	859
» Impossibilidade de submeter animais a atos de crueldade e a prática da vaquejada	860
» Reconhecimento da união civil homoafetiva	861

13

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

HISTÓRICO DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	864
“HABEAS CORPUS” (ART. 5º, LXVIII, CF/88)	865
Noções gerais.....	865
Legitimidade e cabimento	866
» É possível o uso do “habeas corpus” em favor de pessoa jurídica para trancar ação penal envolvendo crime ambiental?	867
» Impetração de “habeas corpus” para assegurar direito de manifestação em local de vacinação.....	868
Competência.....	868
MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5º, LXIX, CF/88)	871
Noções gerais.....	871
» Possibilidade de desistência do mandado de segurança	872
Direito líquido e certo	873
Legitimidade ativa e passiva	875
» Morte do impetrante no curso do processo.....	876
Teoria da encampação.....	877
Competência.....	877
» Competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de Tribunal.....	878
» Competência para julgar mandado de segurança impetrado em face de ato de juizado especial	879
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (ART. 5º, LXX, CF/88)	879
Objeto.....	879
Legitimidade ativa	880
» Partido político com representação no Congresso Nacional	883
» Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.....	886
MANDADO DE INJUNÇÃO (ART. 5º, LXXI, CF/88)	889
Noções gerais.....	889
» Omissões que podem ser impugnadas em mandado de injunção.....	890
» Possibilidade de desistência do mandado de injunção	891
Legitimidade ativa	891
Legitimidade passiva.....	893
Competência.....	894
Principais aspectos do procedimento	896
(IM)possibilidade de liminar	897
Efeitos da decisão	898
» Eficácia objetiva	898
» Eficácia subjetiva	898
» Posição do STF	899
» Corrente adotada pela Lei 13.300/16.....	899
Outros aspectos importantes relativos à decisão	900
Superveniência da norma regulamentadora.....	900
Litispendência no mandado de injunção coletivo	901
“HABEAS DATA” (ART. 5º, LXXII, CF/88)	901
Legitimidade “ad causam”	902
Aspectos relevantes do procedimento.....	902

Competência.....	904
» Aplicação da teoria da encampação no “habeas data”	906
AÇÃO POPULAR (ART. 5º, LXXIII, CF/88)	906
Hipóteses de cabimento	906
Legitimidade “ad causam”	908
Competência.....	911
» Competência para julgar ação popular envolvendo o SEBRAE	915
» Competência para julgar ação popular ajuizada contra o CNMP	915
» A reserva constitucional de competência originária do STF	916
Reexame necessário e coisa julgada.....	917

14

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

TÍTULO I DA CF/88	919
Fundamentos da República Brasileira e princípio democrático.....	919
Separação dos Poderes.....	920
» Indelegabilidade de atribuições entre os poderes	922
Objetivos fundamentais da República Brasileira e princípios que regem o Brasil nas relações internacionais	922
FORMAS DE ESTADO	924
As principais formas de Estado existentes no mundo	925
ORIGENS DA FEDERAÇÃO	927
A origem da federação norte-americana e as características da confederação	927
A origem da federação brasileira	928
CARACTERÍSTICAS DA FEDERAÇÃO	929
Diferenças entre soberania e autonomia.....	930
ESPÉCIES DE FEDERAÇÃO	931
Federação por agregação e federação por desagregação	932
Federação centrípeta e federação centrífuga	932
Federação clássica e federação atípica.....	933
» Outra abordagem classificatória envolvendo a federação dual	935
Federação simétrica e federação assimétrica	936
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO BRASILEIRO	940
Entidades integrantes do Estado federal brasileiro	940
» Operações federativas envolvendo Estados e Municípios	941
A hipótese de mera alteração de limites municipais	942
As operações federativas municipais convalidadas pela EC 57/2008 e as operações irregulares posteriores a ela	943
A EC 57/2008 convalidou operações federativas municipais realizadas sem plebiscito?	945
Vedações constitucionais às entidades federadas.....	946
» Vedação de estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança (art. 19, I, CF/88).....	947
» Vedação de recusar fé aos documentos públicos (art. 19, II, CF/88)	948
» Vedação de criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si (art. 19, III, CF/88).....	949
Inconstitucionalidade de estabelecimento de ordem de preferência entre entes federados na cobrança da dívida ativa.....	949

DISCIPLINA DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NA CF/88	950
Estados-membros.....	950
» As capacidades de auto-organização e de autolegislação dos Estados	950
Espécies de normas existentes nas Constituições Estaduais	952
» Poder Legislativo estadual.....	953
Vedação de vinculação remuneratória entre Deputados Estaduais e Deputados Federais	954
Vedação de pagamento de indenização a Parlamentares (estaduais e federais) em virtude de convocação extraordinária	956
Autoridades sujeitas a convocação (compulsória) pelo Poder Legislativo estadual	959
» Poder Executivo Estadual.....	961
» Poder Judiciário Estadual.....	962
» A criação de regiões administrativas pelos Estados.....	963
Os frutos resultantes das atividades de interesse comum desempenhadas pela região metropolitana podem ficar concentrados em apenas um dos seus entes integrantes?	966
Os Estados têm competência para a criação de distritos?	967
Municípios.....	968
» Auto-organização municipal.....	968
» Poder Executivo Municipal	969
» Poder Legislativo Municipal	971
Os limites dos gastos do Legislativo Municipal	972
Alteração do “caput” do art. 29-A da CF/88 pela EC 109/2021	973
A função fiscalizadora da Câmara Municipal	974
Nos Municípios em que há Tribunal de Contas, é obrigatória a criação do Ministério Público de Contas?	979
PRINCÍPIO DA SIMETRIA	979

15

REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS

A DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA E A NECESSIDADE DE REPARTIR AS COMPETÊNCIAS	985
COMO ESTUDAR A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	985
CRITÉRIOS E FORMAS DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	986
Repartição de acordo com o conteúdo (critérios de repartição das competências).....	986
» Princípio da predominância do interesse.....	987
A regra de ouro na aplicação da predominância do interesse.....	987
» Tratamento uniforme da matéria em todo o território nacional.....	990
Formas de distribuição das competências	991
» Técnica de repartição de competências adotada pela CF/88	992
» A única competência residual na CF/88	994
CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	994
Classificação quanto à origem	994
Classificação quanto à extensão.....	994
Classificação quanto à forma	996
Classificação quanto ao objeto	997
As espécies de competências previstas nos arts. 21, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 da CF/88.....	998
» As competências remanescentes dos Estados e dos Municípios	999

MODELO VERTICAL E MODELO HORIZONTAL DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	1000
CORRELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E COMPETÊNCIA MATERIAL	1001
Arts. 21, III, e 22, XXVIII	1002
Arts. 21, VI, e 22, XXI	1002
Arts. 21, VII, e 22, VI	1002
Arts. 21, VIII, e 22, VII	1003
Arts. 21, X, e 22, V	1003
Arts. 21, XI, e 22, IV	1003
Arts. 21, XII, "a", e 22, IV	1004
Arts. 21, XII, "b", e 22, IV	1004
Arts. 21, XII, "c", e 22, X	1004
Arts. 21, XII, "d" e "e", e 22, XI	1004
» A competência para legislar sobre o serviço de transporte por mototáxi	1005
Arts. 21, XII, "f", e 22, X	1006
Arts. 21, XIII, e 22, XVII	1006
Arts. 21, XV, e 22, XVIII	1006
Arts. 21, XVIII, e 22, XXVIII	1007
Arts. 21, XXIII, e 22, XXVI	1007
ARTS. 21, XXVI, E 22, XXX	1009
Arts. 23, II, e 24, XII	1009
Arts. 23, II, e 24, XIV	1009
Arts. 23, III e IV, e 24, VII e VIII	1010
Arts. 23, V, e 24, IX	1010
Arts. 23, VI, e 24, VI	1010
Arts. 23, VII, e 24, VI	1011
O CRITÉRIO DO TRATAMENTO UNIFORME NO TERRITÓRIO NACIONAL	1011
EXCEÇÕES À LÓGICA DO SISTEMA DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CF/88	1012
Exceções ao princípio da predominância do interesse	1012
» Competência da União para atuar em questões do Distrito Federal	1012
Competência para legislar sobre organização e regime jurídico da Polícia Civil do Distrito Federal	1013
» Competência material comum em relação aos recursos minerais	1017
» Competência legislativa para disciplinar as águas	1018
» Competências relacionadas ao gás natural	1019
» Competência para atuar no desenvolvimento urbano	1020
» Competência para atuar em calamidades públicas	1021
Exceções à correlação entre competência legislativa e competência material	1022
» Competência material comum para realizar desapropriação	1022
» Competências legislativa e material em relação ao trânsito	1023
» Competência para explorar e legislar sobre loteria	1023
COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE OS RAMOS DO DIREITO	1024
Temas de competência privativa da União	1025
Temas de competência legislativa concorrente	1025
POSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO	1028
DISCIPLINA DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE NA CF/88	1028
Nova tendência na jurisprudência do STF sobre os temas da competência legislativa concorrente	1029

As espécies de competência legislativa concorrente dos Estados e do Distrito Federal...	1029
Previsão de competência legislativa concorrente fora do art. 24 da CF/88.....	1030
As entidades federativas que possuem competência legislativa concorrente.....	1031
Possibilidade de as normas estaduais estabelecerem nível de proteção maior do que o das normas gerais federais	1032
Hipóteses de edição de normas gerais pela União fora da competência concorrente	1035
Competência legislativa para tratar da seguridade social, da saúde e da previdência	1036
Competência para tratar da saúde e o combate à pandemia de COVID-19	1037
» ADI 6341	1038
» ADI 6343.....	1039
» A definição da política de vacinação de adolescentes contra a COVID-19	1040
POSSIBILIDADE DE EMENDA CONSTITUCIONAL MODIFICAR A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	1041
ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF.....	1042
As normas sobre telecomunicações e a nova tendência na jurisprudência do STF	1112
A competência para legislar sobre direito de greve de servidor público	1117

16

INTERVENÇÃO

ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO.....	1119
PRINCÍPIOS QUE REGEM A INTERVENÇÃO	1120
Princípio da excepcionalidade (ou não intervenção)	1120
Princípio da necessidade.....	1120
Princípio da temporariedade.....	1120
Princípio da formalidade.....	1120
MOTIVOS AUTORIZADORES DA INTERVENÇÃO (PRESSUPOSTOS DE FUNDO DA INTERVENÇÃO).....	1120
Defesa do Estado	1121
Defesa do princípio federativo na CF/88	1121
Defesa das finanças estaduais.....	1121
Defesa das finanças municipais.....	1122
Defesa da ordem constitucional.....	1123
ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO (OU FORMA) DE IMPLEMENTAÇÃO	1126
Intervenção "ex officio"	1127
» Intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal decretada "ex officio"	1127
» Intervenção estadual (ou federal em Município localizado em Território Federal) decretada "ex officio"	1129
Intervenção provocada.....	1130
» Provocação por solicitação e por requisição.....	1131
» Provocação por provimento judicial.....	1132
Provocação por provimento judicial na intervenção federal nos Estados e DF.....	1132
Provocação por provimento judicial na intervenção estadual e na intervenção federal em Município localizado em Território Federal.....	1133
AUTONOMIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE O PROCEDIMENTO DE DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO ESTADUAL.....	1135
CESSAÇÃO DA INTERVENÇÃO	1136
CONTROLES DA INTERVENÇÃO	1136
Controle político.....	1137

· Controle judicial.....	1137
INTERVENÇÃO FEDERAL COMO LIMITAÇÃO CIRCUNSTANCIAL AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO.....	1137
INTERVENÇÃO (FEDERAL E ESTADUAL) ESQUEMATIZADA.....	1137
PRINCIPAIS JULGADOS SOBRE INTERVENÇÃO ESTADUAL.....	1139
· Simetria constitucional.....	1139
· Legitimidade.....	1140
· Irregularidade nas contas municipais: atribuição para requerer a intervenção e devido processo legal.....	1140
· Representação interventiva perante o Tribunal de Justiça.....	1141

17

PODER LEGISLATIVO

ESTRUTURA.....	1143
· Estrutura externa.....	1143
· Estrutura interna.....	1146
» Mesa.....	1147
Eleição dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas: o art. 57, § 4º, da CF/88, é norma de observância obrigatória?.....	1149
» Plenário.....	1153
» Comissões.....	1153
Comissão temporária especial.....	1155
Comissão temporária externa.....	1155
Comissão temporária de inquérito.....	1155
» Serviços administrativos.....	1156
» Polícia.....	1156
FUNCIONAMENTO.....	1156
· Atribuição representativa.....	1156
· Atribuição investigatória.....	1157
· Atribuição fiscalizadora.....	1157
· Atribuição legislativa.....	1158
· Incorporação dos tratados e convenções internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro (atribuição representativa).....	1159
» Tratado ou convenção incorporado antes da EC 45/04.....	1159
» Tratado ou convenção incorporado após a EC 45/04.....	1160
» Necessidade de aprovação do Poder Legislativo para que a denúncia de um tratado internacional gere efeitos internos no ordenamento jurídico brasileiro.....	1162
· Comissão Parlamentar de Inquérito (atribuição investigatória).....	1165
» Definição.....	1165
» Pressupostos da CPI.....	1166
» Requisitos da CPI.....	1167
Requerimento de instauração: CPI como direito das minorias.....	1168
Possibilidade de controle judicial dos requisitos e pressupostos para a instauração de uma CPI.....	1171
» Limites da CPI.....	1172
Atos sujeitos à cláusula de reserva de jurisdição.....	1175
(Im)possibilidade de CPI convocar Governador de Estado.....	1177
(Im)possibilidade de CPI convocar indígenas.....	1181
Os poderes das CPIs estaduais e municipais.....	1181

GARANTIAS DOS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL	1182
Identidade de retribuição pecuniária (art. 49, VII, CF/88)	1182
Limitação ao dever de testemunhar (art. 53, § 6º, CF/88)	1183
Restrição ao serviço militar (art. 53, § 7º, CF/88)	1183
Foro especial (arts. 53, § 1º, e 102, I, "b", CF/88)	1184
» Teoria da Fuga de Foro	1185
Início e fim do foro especial dos Parlamentares: entendimento adotado pelo STF na AP 937 QO e no HC 232.627	1186
O entendimento fixado pelo STF na AP 937 QO (com as alterações feitas no HC 232.627) se aplica a todo e qualquer cargo?	1188
Foro por prerrogativa de função de parlamentar federal em caso de mandatos cruzados	1190
STJ: foro por prerrogativa de função de Desembargador e o entendimento firmado pelo STF na AP 937 QO	1191
STJ: prerrogativa de foro de membros do ministério público e de tribunal de contas estadual	1192
Prerrogativa de foro em âmbito estadual	1193
» Qual é a natureza da inconstitucionalidade da norma estadual que cria hipótese de prerrogativa de foro não prevista na Constituição Federal?	1203
» A Súmula Vinculante 45 perdeu o sentido após a mudança de entendimento do STF sobre a prerrogativa de foro em âmbito estadual?	1204
Necessidade de autorização judicial para a instauração de investigação criminal contra pessoa ocupante de cargo com prerrogativa de foro	1205
É possível exigir decisão colegiada para autorizar a instauração de investigação criminal contra pessoa ocupante de cargo com prerrogativa de foro?	1208
Imunidades parlamentares (art. 53, "caput", §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, CF/88)	1209
» Imunidade parlamentar material	1211
Caso Jair Bolsonaro no STJ (REsp 1.642.310)	1216
Caso Jair Bolsonaro no STF (Inq 3932 e Pet 5243)	1217
» Imunidade parlamentar formal	1220
Imunidade formal relativa à prisão (art. 53, § 2º, CF/88)	1221
Caso Delcídio do Amaral	1221
Caso Daniel Silveira	1223
Imunidade parlamentar formal relativa à ação penal (art. 53, §§ 3º, 4º e 5º)	1224
Imunidades dos parlamentares estaduais e municipais	1225
» Parlamentares estaduais	1225
» Parlamentares municipais	1226
Foro por prerrogativa de função de Deputado Estadual e a competência do Tribunal do Júri: STJ Vs. STF	1227
Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato parlamentar	1229
» Situações de não exercício do mandato parlamentar que não acarretam a perda do cargo	1235
PROCESSO LEGISLATIVO	1237
Fase introdutória	1238
» A iniciativa privativa do Presidente da República do art. 61, § 1º, da CF/88	1241
» Impossibilidade de sanção convalidar vício de iniciativa	1250
» A apresentação de nova proposição durante uma tramitação legislativa é apta a sanar vício de iniciativa (Lei da Autonomia do Banco Central)?	1251
» Pode uma lei ou o constituinte derivado estabelecer prazo para que o Chefe do Executivo exerça sua iniciativa legislativa?	1254
» Iniciativa privativa do Tribunal de Contas	1255
» Possibilidade de emenda parlamentar em projeto de iniciativa privativa	1259
» Iniciativa legislativa nos âmbitos estadual e municipal	1262
Simetria nas matérias reservadas a lei complementar	1264
Simetria no processo legislativo das leis orçamentárias	1265
Fase constitutiva	1267

» Deliberação e votação.....	1268
Apresentação de emendas no curso do processo legislativo.....	1270
» Sanção ou veto	1272
O Presidente da República pode opor o seu veto após o decurso do prazo constitucional de 15 (quinze) dias úteis?.....	1274
O veto no sistema brasileiro é absoluto?	1275
O Chefe do Poder Executivo pode se arrepender do veto?	1275
Procedimentos legislativos que não possuem a etapa de sanção ou veto	1275
Fase complementar.....	1276
» Promulgação precoce.....	1277
» Possibilidade de promulgação da parte “incontroversa” do texto	1277
» A promulgação e a publicação cabem ao Chefe do Poder Executivo, independentemente da espécie normativa envolvida?.....	1278
Requisito específico das proposições que geram impacto nos cofres públicos.....	1281
ESPÉCIES NORMATIVAS	1283
Emendas constitucionais.....	1284
Leis (complementares, ordinárias e delegadas)	1286
» Leis complementares.....	1286
» Leis ordinárias	1287
» Leis delegadas.....	1289
Decretos legislativos e resoluções.....	1291
Medida provisória.....	1295
» Pressupostos e requisitos da medida provisória.....	1295
Pressupostos da medida provisória	1295
Requisitos da medida provisória.....	1298
Edição pelo Presidente da República	1298
Submissão ao Congresso Nacional	1298
» Apreciação das medidas provisórias por meio de deliberação remota durante a pandemia de COVID-19.....	1300
» Matérias que não podem ser objeto de medida provisória	1302
Edição de medida provisória no mesmo dia em que o Presidente da República sanciona ou veta projeto de lei de conteúdo semelhante.....	1303
» As possibilidades na apreciação da medida provisória pelo Poder Legislativo	1304
Aprovação sem alteração.....	1304
Aprovação com alteração.....	1304
Rejeição tácita (não apreciação)	1307
Rejeição expressa	1307
» Revogação de medida provisória por nova medida provisória na mesma sessão legislativa	1308
» Desistência e retirada da medida provisória pelo Chefe do Poder Executivo	1309
» Prazo para apreciação da medida provisória e trancamento de pauta	1310
» O Poder Legislativo deve observar a ordem cronológica de apresentação das medidas provisórias ao apreciá-las?	1310
» Medida provisória em âmbitos estadual e municipal	1312

18

PODER EXECUTIVO

ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.....	1313
» Aquisição do mandato presidencial	1314
» Eleição presidencial indireta no Brasil.....	1315

Imprescindibilidade da realização de nova eleição no caso de dupla vacância no Poder Executivo e de que os candidatos componham chapa única	1318
Regulamentação da eleição indireta para o Poder Executivo estadual em caso de dupla vacância.....	1319
» Sucessão e substituição do Presidente da República	1323
Duração do mandato presidencial	1326
» Possibilidade de reeleição	1326
» É necessária a desincompatibilização para tentar a reeleição?	1328
Perda do mandato presidencial	1328
» Extinção do mandato presidencial	1329
» Cassação do mandato presidencial	1330
"Impeachment" (arts. 52, I e p. único, 85 e 86, CF/88)	1330
Definição.....	1333
Natureza	1333
Condição de procedibilidade	1334
Procedimento do "impeachment" (ADPF 378)	1337
(In)existência de prazo para análise de pedido de instauração de "impeachment" contra o Presidente da República	1339
(In)existência de direito à apreciação de pedido de instauração de "impeachment" contra o Presidente da República	1341
Natureza das sanções aplicáveis no "impeachment" e a possibilidade de impetração de "habeas corpus"	1343
Possibilidade de aplicação seccionada das sanções	1344
Competência para legislar sobre "impeachment" e crimes de responsabilidade..	1344
Perda do mandato dos Governadores e dos Prefeitos na CF/88.....	1345
Responsabilização político-administrativa dos Governadores e dos Prefeitos.....	1349
» Responsabilização político-administrativa dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal.....	1349
» Responsabilização político-administrativa dos Prefeitos Municipais	1351
Julgados importantes sobre a prática de infrações penais por Governadores e Prefeitos	1354
FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO	1359
Sistemas de Governo	1360
» Diferenças básicas entre presidencialismo e parlamentarismo.....	1360
» Sistema de governo adotado no Brasil.....	1361
Atribuições do Presidente da República	1361
Estabelecimento de prazo para que o Chefe do Executivo regulamente disposições legais	1363
Concessão de indulto pelo Presidente da República e possibilidade de controle judicial	1364
Proposta de decretação de estado de calamidade pública nacional	1366
Edição de decretos autônomos pelo Presidente da República.....	1367
GARANTIAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	1370
Foro especial por prerrogativa de função (arts. 51, I, 86, "caput", e 102, I, "b", da CF/88) ..	1370
Imunidade temporária à prisão provisória (art. 86, § 3º, CF/88)	1372
Imunidade temporária à persecução criminal (art. 86, § 4º, CF/88)	1373

19

PODER JUDICIÁRIO

ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO	1377
» Classificação pela natureza do órgão	1378
» Classificação pela natureza da função.....	1378
» Justiça Federal comum.....	1379
» Grau X instância	1379

Justiça estadual comum	1380
Justiça do Trabalho	1381
Justiça Eleitoral	1382
Justiça Militar Federal (Justiça Militar da União)	1382
Justiça Militar Estadual	1384
Tribunais de superposição	1389
» Art. 36, III, parte final, CF/88	1391
» Art. 102, III, “d”, CF/88	1392
Órgão judiciário não jurisdicional (Conselho Nacional de Justiça)	1393
» O CNJ pode exercer controle de constitucionalidade?	1396
» O controle exercido pelo CNJ e a análise prévia de anteprojetos de lei dos Tribunais de Justiça	1398
» O CNJ se submete ao controle do Supremo Tribunal Federal?	1399
» Qualquer ação proposta contra ato do CNJ é de competência do STF?	1399
» O STF se submete ao controle do CNJ?	1401
» Composição do CNJ	1401
» Criação de Conselho de Justiça em âmbito estadual	1404
» Controle de qualidade externo dos serviços prestados pelo poder judiciário	1404
“QUINTO CONSTITUCIONAL”	1405
» Tribunais que devem observar o “quinto”	1405
» Procedimento do “quinto”	1407
» Precedentes envolvendo a aplicação da regra do “quinto”	1408
» Inexistência de membros do Ministério Público que preenchem os requisitos do art. 94, CF/88	1408
» Divergência entre o tribunal e o órgão de classe a respeito do preenchimento dos requisitos constitucionais pelos nomes indicados	1408
» Distribuição das vagas do “quinto” quando são oferecidas em número ímpar	1409
» Uma vez enviada para o Tribunal, pode a lista sêxtupla ser alterada pelo órgão de origem?	1410
» Possibilidade de se exigir que o advogado concorrente ao quinto constitucional tenha inscrição, por um determinado tempo mínimo, na seccional da OAB correspondente à área de jurisdição do tribunal detentor da vaga em disputa	1411
COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1412
» A EC 122/2022 e a alteração da idade limite para se tornar membro de tribunal superior	1414
FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	1416
» Súmula Vinculante	1416
» Pressupostos da sumulação vinculante	1417
» Controvérsia atual	1418
» Multiplicação de processos sobre questão idêntica	1418
» Reiteradas decisões sobre matéria constitucional	1418
» Grave insegurança jurídica	1418
» Requisitos da sumulação vinculante	1418
» Iniciativa	1419
» Aprovação	1420
» Publicação	1420
» Consequência da inobservância da súmula vinculante	1420
GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO	1421
» Garantias institucionais do Poder Judiciário	1421
» Autonomia administrativa	1422
» Autonomia funcional	1422
» Autonomia financeira e orçamentária	1422

Garantias funcionais do Poder Judiciário.....	1424
» Vitaliciedade	1425
» Inamovibilidade	1426
A possibilidade de permuta dentro da magistratura (EC 130/2023)	1427
» Irredutibilidade de subsídio	1428
Aplicação do mesmo “teto remuneratório” para os magistrados federais e estaduais.....	1430
Os membros do Poder Judiciário gozam da garantia de reajuste automático do subsídio?	1432
Norma estadual pode criar vantagem remuneratória para a magistratura?.....	1438
O problema dos “penduricalhos” (da magistratura e de todas as outras carreiras do serviço público)	1440
A PROMOÇÃO E A REMOÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA E A UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	1446
DISTINÇÃO ENTRE JUÍZES TITULARES E SUBSTITUTOS PARA FINS DE REMOÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA	1450

20

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

OS FUNDOS DE MANUTENÇÃO E APARELHAMENTO DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA (E DO PODER JUDICIÁRIO) EM ÂMBITO ESTADUAL.....	1454
ADVOCACIA PÚBLICA	1458
» Recebimento de honorários sucumbenciais por Advogados Públicos	1458
Pagamento de honorários a Advogados Públicos na cobrança extrajudicial de créditos do Poder Público	1459
O repasse dos honorários aos Advogados Públicos pode ser feito por meio da respectiva entidade de classe?	1460
O ente federado pode reduzir o valor dos honorários dos seus Procuradores quando há programa de refinanciamento administrativo dos seus créditos?	1461
» Advogado Público pode sofrer controle de jornada de trabalho?	1464
» Advogado Público pode sofrer aplicação de multa por descumprimento de decisão judicial?	1466
» A Obrigação de os Advogados Públicos realizarem a defesa de administradores públicos em ações de improbidade administrativa	1467
» Aplicação do estatuto da OAB a advogados celetistas da Administração Pública.....	1470
» Os Advogados Públicos precisam ser inscritos na OAB?	1473
Advocacia Pública da União	1474
» Carreiras da advocacia pública federal	1474
» Direito a 60 (sessenta) dias de férias na advocacia pública federal.....	1476
» Proibição imposta aos Advogados da União, aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Procuradores Federais de manifestação pública sobre assuntos inerentes ao cargo	1477
» Atuação da AGU.....	1479
» O Advogado-Geral da União	1479
» Ingresso nas carreiras da AGU	1480
Advocacia Pública dos Estados e Distrito Federal	1480
» Princípio da unicidade orgânica.....	1481
Exceções ao princípio da unicidade	1485
Carreiras anteriores à CF/88.....	1485

Possibilidade de existência de Procuradorias próprias nos Poderes Legislativo e Judiciário e nos Tribunais de Contas (e na Defensoria Pública e no Ministério Público)	1487
Não aplicação da unicidade às empresas públicas e sociedades de economia mista	1492
As universidades públicas estaduais podem ter Procuradorias próprias?	1492
» O regime jurídico da advocacia pública estadual na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	1493
A escolha do Procurador-Geral do Estado	1494
A iniciativa legislativa para tratar dos critérios de escolha do Procurador-Geral do Estado	1496
Possibilidade de norma estadual concentrar as citações e comunicações processuais no Procurador-Geral do Estado	1498
Possibilidade de vinculação remuneratória na carreira de Procurador de Estado ..	1499
(Im)possibilidade de vinculação remuneratória entre Procuradores do Estado e Procuradores da Assembleia Legislativa	1501
O teto remuneratório dos Procuradores de Estado	1502
É válido o pagamento de adicional de dedicação exclusiva aos Procuradores de Estado?	1505
Possibilidade de os Procuradores do Estado exercerem outras funções em órgãos da Administração Pública	1506
» O ajuizamento de ação de improbidade administrativa pela Procuradoria-Geral do Estado	1506
» Lei Orgânica de Procuradoria-Geral de Estado pode prever a realização de avaliações periódicas de desempenho dos respectivos Procuradores?	1507
Advocacia Pública dos Municípios	1508
» O teto remuneratório dos Procuradores municipais	1512
ADVOCACIA PRIVADA	1512
» A imunidade do advogado na lei e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ..	1513
» Natureza jurídica da OAB e de suas anuidades	1515
A OAB se sujeita a controle realizado pelo TCU?	1516
A OAB pode condicionar o exercício da advocacia e a participação nas eleições internas da entidade ao pagamento das anuidades?	1517
» Validade da previsão do exercício da advocacia para pontuação em provas de títulos	1518
DEFENSORIA PÚBLICA	1518
» Lei federal pode criar Ouvidoria-Geral no âmbito das Defensorias Públicas estaduais?	1521
» Os Municípios podem prestar o serviço de assistência jurídica gratuita à população de baixa renda?	1522
» A missão constitucional da Defensoria Pública e a criação do cargo de advogado para a defesa gratuita de praças no âmbito da Justiça Militar	1523
» Os Defensores Públicos precisam ser inscritos na OAB?	1524
» Lei estadual pode assegurar porte de arma de fogo aos Defensores Públicos do Estado?	1525
» Autonomia e iniciativa legislativa da Defensoria Pública	1526
» Prerrogativas e princípios institucionais da Defensoria Pública	1528
O princípio da independência funcional na Defensoria Pública	1531
» Princípio do Defensor natural	1531
» O poder de requisição da Defensoria Pública	1532
» Atuação das Defensorias Públicas estaduais perante os Tribunais superiores	1535
» Ajuizamento de ação civil pública pela Defensoria Pública	1537
» Recebimento de honorários advocatícios pela Defensoria Pública	1537
» O teto remuneratório dos Defensores Públicos dos Estados	1539

21

MINISTÉRIO PÚBLICO

NORMAS QUE REGEM O MINISTÉRIO PÚBLICO	1541
Emenda constitucional estadual pode dispor sobre a organização do ministério público local?	1545
Lei de iniciativa parlamentar pode criar novas atribuições para membros do ministério público?	1546
» Lei estadual pode definir critérios de remoção e permuta de membros do ministério público diversos dos previstos na lei orgânica nacional do ministério público?	1547
“Quarentena” para ingresso na carreira	1551
» Cursos de pós-graduação podem ser considerados atividade jurídica para os fins da “quarentena de entrada”?	1552
» A criação de programa de estágio de pós-graduação no âmbito do Ministério Público viola a exigência constitucional do concurso público?	1553
ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CF/88	1553
Ministério Público Eleitoral	1554
Procurador-Geral da República	1557
Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios	1557
» Norma estadual pode impor ao Procurador-Geral de Justiça o dever de prestar informações à Assembleia Legislativa?	1561
Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar e Procurador-Geral Eleitoral	1562
Conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público	1563
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1564
Unidade	1565
Indivisibilidade	1567
Independência funcional	1567
ATUAÇÃO AUTÔNOMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PERANTE O STF (E O STJ)	1568
PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL	1569
GARANTIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1570
A autonomia financeira e orçamentária do ministério público	1571
A inamovibilidade dos membros do ministério público e as designações para atuarem em lotações diversas das originalmente ocupadas	1573
O assento do membro do ministério público à direita do magistrado durante a realização de atos processuais	1574
VEDAÇÕES IMPOSTAS AOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1575
Membro do Ministério Público pode advogar?	1576
Exercício de outros cargos públicos por membros do Ministério Público	1578
Exercício de atividade político-partidária por membro do Ministério Público	1579
É possível que uma lei proíba membro do ministério público de se ausentar da sua comarca sem comunicar previamente a corregedoria ou de sair do estado sem autorização do chefe da instituição?	1581
FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1581
» Legitimidade para a execução da pena de multa	1582
» O “Pacote Anticrime” afetou a legitimidade para a execução da pena de multa?	1583
» Legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ações civis públicas	1584
» O Ministério Público possui legitimidade exclusiva para propor ação de improbidade administrativa?	1586

» O Ministério Público pode realizar investigação criminal própria (separadamente do inquérito policial) e ter divisões internas estruturadas para apurar determinados delitos?	1589
» O Ministério Público tem legitimidade para atuar em questões desportivas?	1592
» Participação em bancas de concursos para cargos externos ao Ministério Público	1593
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	1593
Composição do Conselho	1593
Atribuições do Conselho	1594
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	1596
O Ministério Público de Contas possui iniciativa legislativa para as normas que disciplinam sua organização e funcionamento?	1599
É constitucional exigir lei complementar para disciplinar o ministério público de contas?	1599
A lei que disciplina o ministério público de contas pode estabelecer procedimento de escolha do respectivo procurador-geral de contas diverso do procedimento de escolha do procurador-geral do ministério público "comum"?	1600
Constituição estadual pode equiparar a remuneração dos membros do ministério público de contas com a dos membros do ministério público "comum"?	1601
O Ministério Público de Contas e seus membros se submetem ao CNMP?	1602

22

SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES

ESPÉCIES DE SISTEMAS DE CRISES	1603
PRINCÍPIOS QUE REGEM O SISTEMA DE CRISES	1604
Princípio da necessidade	1604
Princípio da temporariedade	1605
Princípio da proporcionalidade	1605
Princípio da razoabilidade	1605
O SISTEMA DE CRISES DA CF/88: ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO	1607
Definição	1607
Hipóteses de decretação (pressupostos materiais)	1608
Procedimento de decretação (pressupostos formais)	1609
Duração (limites temporais)	1610
Medidas coercitivas que podem ser adotadas	1611
» Medidas coercitivas permitidas no estado de defesa	1611
» Medidas coercitivas permitidas no estado de sítio	1612
» Suspensão das imunidades parlamentares	1613
Controles realizados	1614
» Controle político	1614
» Controle judicial	1616

23

FORÇAS ARMADAS

NOÇÕES GERAIS	1619
A escala hierárquica nas Forças Armadas	1620
Quem pode requisitar o emprego das Forças Armadas?	1622
CARACTERÍSTICAS DAS FORÇAS ARMADAS	1624
Cumulação das atividades militares com cargo, emprego ou função de natureza civil....	1626
A obrigatoriedade do serviço militar	1628

24

SEGURANÇA PÚBLICA

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PARA TRATAR DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	1631
OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA PREVISTOS NA CF/88.....	1632
· E a Força Nacional de Segurança Pública?	1634
· Polícia administrativa, polícia judiciária e polícia investigativa	1635
» A polícia militar pode lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) de infração penal de menor potencial ofensivo?	1638
» O Ministério Público pode investigar?	1640
· Polícia Federal.....	1640
» Polícia judiciária da União: polícia legislativa vs. polícia federal	1642
· Polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal	1643
· Polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.....	1644
» A competência legislativa para disciplinar os órgãos de segurança pública dos Estados	1648
» A competência legislativa para disciplinar os órgãos de segurança pública do Distrito Federal	1651
» Competência para conceder anistia a infrações disciplinares praticadas por militares estaduais	1652
» Exigência de altura mínima para ingresso na Polícia Militar (e nos demais cargos do Sistema Único de Segurança Pública).....	1654
» (Im)possibilidade de a Polícia Civil desempenhar atividades típicas de órgão executivo de trânsito.....	1655
» (Im)possibilidade de lei conferir autonomia à Polícia Civil.....	1658
» Norma estadual pode conferir independência funcional aos Delegados de Polícia e incluir a Polícia Civil entre as Funções Essenciais à Justiça?	1660
» Iniciativa legislativa de normas que tratam da organização e do funcionamento da Polícia Civil	1661
» Fixação do subsídio de Delegado de Polícia em 90,25% do subsídio de ministro do STF	1662
» Diferenciação constitucional entre os militares e os servidores civis.....	1663
Exercício do direito de greve por policiais civis e militares (e por guardas municipais).....	1666
Proibição legal de manifestação de policiais civis e de militares em determinadas situações	1667
Lei estadual pode prever, no âmbito da respectiva Polícia Militar, a existência da posição temporária de militar voluntário com a função de realizar a guarda de prédios públicos estaduais (inclusive quartéis militares)?	1670
· Polícias penais	1671
· Guardas municipais.....	1673
» O porte de arma de fogo dos integrantes das guardas municipais	1681
· Segurança viária.....	1681
· E os órgãos de segurança pública dos Territórios?	1682